



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 47**

Sessão Ordinária Setembro

1.º Reunião em 18/09/2020

Aos dezoito dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Carlos Alberto Martins Nunes, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Nuno Filipe Moreira Teixeira, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana Fonseca Valente.

Faltaram os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia

Patricia Pereira da Fonseca, Jerónimo dos Santos Dias, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, Cláudia Maria Pinto Ferreira, David Filipe Ramos Silva, João Francisco Aguiar da Costa Fong, Carlos Seabra de Freitas, Bruna Francisca Sousa Porto, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, por Daniela Carla Sousa Pinto e Carlos Alberto Martins Nunes, respectivamente.<sup>.003</sup>

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, em particular sobre o convite para visitar Pontevedra no âmbito da Mobilidade e da DGAL sobre as primeiras eleições para as CCDRs que se realizarão no dia 13 de Outubro de 2020.<sup>.004</sup>

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 43 – Sessão Ordinária Abril – Sessão realizada em 17-06-20120: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>.005</sup>

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, ou os respectivos sucedâneos, Luis Manuel Souto de Miranda, Raul Ventura Martins, Rui Carlos Medeiros Alvarenga, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Marília Fernanda Correia Martins, e Virgínia Maria Melo Matos, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e João Carlos Rodrigues Morgado.

Acta n.º 44 – Sessão Ordinária Junho – 1.ª reunião da sessão realizada em 30-06-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>.006</sup>

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Miguel António da Costa Silva e João Carlos Rodrigues Morgado.

Acta n.º 45 – Sessão Ordinária Junho – 2.ª reunião da sessão realizada em 03-07-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>.007</sup>

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, ou os respectivos sucedâneos, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Casimiro Simões Calafate, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, Miguel António Costa da Silva, e João Carlos Rodrigues Morgado.

Acta n.º 46 – Sessão Extraordinária Julho – Sessão realizada em 30-07-2020: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>008</sup>

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais, municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1 – Apreciação e votação do Concurso público internacional para a “Conceção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro”;**

**Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25JUN20 a 14SET20;**

**Ponto 3 - Proposta de Recomendação - Programa CED/Esterilização de animais errantes no município de Aveiro.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe José Luis Dias de Castro<sup>009</sup>

Assunto: Sobre a segurança de peões na estrada nacional 235, junto à BICA.

Munícipe Ângelo Manuel Pinho da Costa<sup>010</sup>

Assunto: Sobre a segurança na estrada nacional 235, junto à BICA.

Munícipe Joaquim Ramos Pinto<sup>011</sup>

Assunto: representante da ASPEA - Questionou sobre a não obtenção de respostas na sua intervenção na última sessão ordinária da Assembleia.

Presidente da Mesa<sup>012</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>013</sup>

*"Senhor José Castro, dar-lhe nota que eu tenho o maior respeito todos os velhinhos, usando a sua expressão. O maior respeito do mundo. Os meus pais são velhinhos e qualquer cidadão com muita idade merece-me o mais elevado respeito. Independentemente de os conhecer ou não conhecer é uma questão de princípio de civilidade, de boa educação e de cuidarmos obviamente de todos nós que somos seres vivos independente da nossa idade. E portanto dar-lhe nota que não posso obviamente aceitar minimamente essa sua frase de que*

*eu tenho desprezo pelos velhinhos, nomeadamente pela senhora sua mãe, que não conhecendo, estimo ao mais alto nível, por ser um ser humano como é evidente.*

*Portanto queria refutar liminarmente essa sua frase. Quem me conhece, tenho 53 anos, dizer que eu desprezo velhinhos é um completo absurdo. E quero ficar-me por aqui em termos de adjectivação, para não ter mais algum processo, porque já me chegam os dos Ramos Pinto e portanto fico-me por aqui em termos de adjectivos.*

*Em relação aos acessos às máquinas agrícolas e em relação às travessias pedonais entre a zona da Bica (você não disseram o nome mas digo eu sem problema nenhum) a zona da Bica e a zona mais central da urbe de Mamoadeiro, repito o que disse, apenas hoje vou usar menos palavras para não vos cansar, porque vocês conhecem bem as explicações.*

*As condições de segurança das travessias de viaturas sejam elas motociclos, bicicletas, viaturas agrícolas, viaturas normais ligeiras ou pesadas, normais ou agrícolas vão melhorar substancialmente em toda a travessia da ainda EN235 nesta zona de Mamoadeiro.*

*Esta é uma verdade objectiva, clara e cristalina, incluindo aquilo que é a circulação pedonal.*

*Essa é a questão clara e cristalina. O Senhor José Castro e o Senhor Ângelo Costa discordam e nós respeitamos a discordância. Mas as questões de facto são estas.*

*Dizer-vos também que esta é uma obra e um projecto do Governo do País, nomeadamente de um Instituto Público chamado infra-estruturas de Portugal. Não sei se já foram fazer alguma intervenção ao Conselho de Ministros ou alguma intervenção à porta das Infra-Estruturas de Portugal, estão ao dispor obviamente são entidades que se relacionam com os cidadãos porque o projecto e a obra é deles.*

*E é verdade (e eu nunca escondi isso obviamente) que têm total apoio da Câmara Municipal de Aveiro e do seu Presidente. Mas a obra e o projecto são das Infra-estruturas de Portugal, repito, com total apoio.*

*Também quero deixar claro que ao nível da competência de projecto os engenheiros que fizeram esta obra em termos de projecto rodoviário é do melhor que o país tem. Não são engenheiros da Câmara nem de nenhuma empresa que costuma fazer projectos para a Câmara. Mas a verdade é esta. O Senhor José Castro e o Senhor Ângelo Costa acham-se mais competentes que estes engenheiros que projectaram esta obra, pois eu respeito que vocês achem isso. Mas devo dizer-vos que não conheço o vosso currículo como engenheiros de estradas para se acharem mais competentes que quem projectou esta estrada nem tampouco que os próprios técnicos da Câmara que acompanharam. Nem sequer demos parecer. Não deu parecer técnico. Nós tivemos e temos cooperação política. A Câmara não licencia estas obras da Administração Central. Elas não carecem de licenciamento da nossa Câmara nem de nenhuma Câmara Municipal.*

*Em relação às ditas Senhor Ângelo eu sou um democrata e tenho um mandato de quatro anos e não tenho nenhuma decisão tomada sobre qualquer eleição dita. Se for à próxima eleição irei com todo gosto e com toda a determinação. Se não for, não irei com todo o gosto e com toda a determinação, porque a minha vida é uma vida que não está dependente de eleição nenhuma. Tenho tido o gosto em ser Presidente da Câmara de Aveiro, já fui a duas eleições, fui a quatro eleições em Ílhavo e já tenho aqui uma prestação muito grande no tempo, e dizem globalmente os cidadãos grande na qualidade ao serviço público. A próxima não tenho nenhuma decisão sobre isso. Mas também devo dizer o seguinte, se não for não vou tranquilo da minha vida porque não tenho nenhuma obrigação de ir. E se for vou tranquilo da minha vida sem medo de nada, como democrata e como cidadão, que obviamente como democrata e como cidadão assume as suas responsabilidades por aquilo que fez, e assume as suas vontades que se expressa, num programa eleitoral por aquilo que se pretenderá fazer num mandato seguinte. Portanto não vale essa coisa de ameaça porque tenho o maior gosto em disputar eleições sempre de forma tranquila alegre e feliz.*

*As seis que disputei, ganhei as seis, mas podia ter perdido algumas. Essa não é a questão. É um momento de alegria e não uma coisa aí que dor grande de uma operação grave ou de uma doença grave em que a gente não sabe se sai de lá vivo ou morto.*

*Não, uma eleição não é isso. E aliás exorto-vos a apresentarem também candidatura à Câmara Municipal Aveiro porque agora podem ser cidadãos independentes. Porque de facto não custa nada. Uma eleição é uma coisa democrática, cívica, ninguém mata ninguém. Temos discussões, temos reuniões e os cidadãos livremente decidem. Não vale a pena. É um erro para a democracia usarmos as eleições como uma ameaça. Não, não. As eleições são para nos estimularmos uns aos outros. São para estimular a democracia e a participação. Temos opiniões diferentes!? Não é só sobre o cruzamento da Bica. É sobre tantas coisas. Mas isso não deve meter medo a ninguém que seja candidato à eleição, à próxima ou qualquer outra ou obviamente a qualquer cidadão que é só cidadão e exerce a democracia votando e não se quer sujeitar a votações. Mas da minha parte tranquilo.*

*E quanto aos acidentes. Acidentes são acidentes, alguém faz asneira. Aquilo é uma obra neste momento e o que se passa naquela zona do nosso território é uma obra. Portanto há regras de obra e todas responsabilidades de gestão daquela parcela do território neste momento estão entregues a um empreiteiro em termos legais. Quando há um acidente pode haver culpas do empreiteiro e assumi-as todas. Obviamente pode não ser nada culpa do empreiteiro, erros de sinalização ou alguma questão e é apenas um erro de uma pessoa ou de pessoas que provocaram um acidente. Portanto não é por lá haver um acidente, este ou qualquer outro que está errada a rotunda ou seja lá o que for.*

*Quanto à pergunta que o Senhor Ângelo fez, a estrada que referenciou vai ser uma estrada municipal. Ela vai-se encaixar, vai-se ligar a uma estrada nacional, que continua a ser. Brevemente vai passar a ser municipal também, se a lei se mantiver como está esta estrada N235 poderá passar, depois ainda há umas interrogações, em janeiro do próximo ano a ser municipal, mas pronto. Neste momento ela é nacional. E essa nossa que vai contornar os Armazéns Reis será uma estrada municipal. Portanto o processo está em desenvolvimento no que respeita aquisição de terrenos, no que respeita a adjudicação de concurso que a Câmara lançou e tornou público, e está tudo público, não estou a dar novidade nenhuma, para que estando tudo pronto nós arrancaremos com a obra, querendo nós que tudo aconteça com a maior brevidade que seja possível e em termos da minha previsão e julgo que há condições se não houver nenhum percalço e às vezes surgem percalços nestas situações de nós no início do ano próximo termos esta nossa obra, a tal estrada municipal, que vai contornar os Armazéns Reis pronto.*

*Portanto é este o quadro em que nós estamos a trabalhar com toda a determinação, com todo o cuidado, e também com toda a abertura para podermos ir melhorando alguns aspectos que entendamos por bem melhorar a bem das pessoas. Em primeiro das pessoas que ali residem e que têm movimentos digamos intra município e também de todos os outros que por ali passam ligando o nosso município a outros municípios. Portanto independentemente das nossas discordâncias quero reiterar-vos o nosso empenho em fazer bem, o nosso empenho na cooperação, neste caso com as Infra-estruturas de Portugal e com o Governo do país, sabendo que obviamente fazemos a bem das pessoas para melhorar as nossas condições de vida e estamos tranquilos porque esta é uma obra que claramente, em todos os aspectos que referenciei, nomeadamente na segurança da circulação nos vários modos de transportes, claramente vai melhorar e muito as condições de segurança de quem ali vai continuar a circular. Muito obrigado.*

*Quanto à questão do Senhor Joaquim Ramos Pinto eu vou ser muito obviamente muito contido. O Senhor Joaquim Ramos Pinto pôs-nos em Tribunal. Numa situação inacreditável. Como é que alguém suscita a suspensão, a inação, de uma deliberação de Câmara que atribui 800 mil euros às nossas Associações Sociais, que prestam um serviço*

*de uma importância social brutal, todos os dias e todos os anos, mas que neste ano de 2020 viveram e continuam a viver, mas viveram já situações de uma brutalidade e de uma dificuldade de gestão acima de qualquer previsão de um ser humano, na gestão da luta contra a Covid 19. Com um sucesso global, mas enfim, infelizmente com problemas graves que nomeadamente tivemos no lar da Santa Casa da Misericórdia, no lar de Santa Joana Princesa e no lar da Costa do Valado. Felizmente foram só três, mas infelizmente foram três com muitos casos de Covid positivos e com falecimentos por Covid 19. E portanto, como é que alguém, por questões administrativas, põem em causa a atribuição de 800 mil euros de uma Câmara a um conjunto de instituições destas. Isto é absolutamente o cúmulo daquilo que é a ética, daquilo que é a moral pública, daquilo que é a solidariedade humana para aqueles que trabalham voluntariamente, para aqueles profissionais dos lares que trabalham em regime de 24 horas por dia, todos os dias, porque nos lares não há fins-de-semana, nem há noites. Há sempre gente que está a trabalhar e que têm de cuidar dos nossos mais idosos. E acho isto perfeitamente inacreditável por questões administrativas, que obviamente são uma ilusão. Não há nada. São um absurdo. Mas enfim, mesmo que fossem algo de relevante vejam lá o que é por em causa ajudar estas instituições numa tarefa tão importante para todos os dias, mas tão inacreditavelmente difícil como é este ano de 2020.*

*Portanto, estamos tranquilos. Os apoios estão dados. A Câmara aprovou a chamada resolução fundamentada para levantar o efeito suspensivo do processo que o Senhor Joaquim Ramos Pinto tentou pela ASPEA teve. Portanto estamos levantados e portanto estamos a executar todos os nossos compromissos com as instituições sociais e aguardamos obviamente a decisão da Juíza do Processo, porque ainda não há, pelo menos nós não recebemos nenhuma notificação a esse nível.*

*Quanto à minha expressão, obviamente estas coisas do Presidente faltar à verdade, olhe eu ponho de lado que é para não ter mais nenhum processo em Tribunal, porque não vale a pena. Já são tantos, o Senhor dá-nos tanto trabalho, processos em Tribunal, queixas ao Provedor, queixas à Comissão dos processos dos documentos administrativos, enfim, é tanta coisa que eu vou tentar ser mais contido para não me arriscar a mais uma queixa, a mais um processo, porque temos tanta coisa para fazer.*

*Em relação à última nota. Nunca lhe chamei Vereador. Nunca lhe chamei a sombra de Vereador. Nunca lhe chamei qualquer coisa do PS. Nunca na minha vida.*

*Naquilo que é a gestão política, acção política, aquilo que é a gestão de uma pessoa que hoje faz oposição à Câmara de forma intensa e regular, muitas vezes em atitudes que têm consonância política com a oposição, obviamente que uso uma expressão que também, que tem uma nota de humor, porque eu gosto da política e da vida com humor e chamamos ao Senhor Joaquim Ramos Pinto, com muito respeito político como é evidente e respeito por ser da nossa oposição e usar uma Instituição privada sem fins lucrativos para fazer oposição a uma câmara municipal, chamamos-lhe o Vereador sombra do Partido Socialista. É essa a expressão exacta, para que da próxima vez que a tenha que repetir, repita com exactidão. Vereador sombra do PS. É assim que nós referenciamos também aqui, enfim, para picar um bocadinho isto, se não isto era uma coisa um bocado chata se andarmos aqui todos parados.*

*Última nota. Nós protocolamos, temos actos formais com cerca de uma centena e meia de Associações no nosso município, só temos problemas com a ASPEA. A ASPEA tem um número de associados residentes no nosso município que quando souberem o número é de nós corarmos de vergonha. Não temos problemas com nenhuma Instituição. Nunca ninguém fez queixa do PMAA. De coisa nenhuma. E temos dirigentes associativos de todos os partidos. De todos os partidos e todos são livres de terem os partidos que quiserem. E esta é a nossa nota de tranquilidade. Não é uma árvore que não dá fruto, que provoca que as outras não dêem. Portanto nós estamos tranquilos, temos um PMAA bem gerido, temos*

*vindo a melhorar, detectamos omissões, erros, e vamos melhorando a gestão do PMAA. Mas dar conta que a esmagadora maioria das nossas associações, com uma excepção. E a ASPEA é bom lembrar não tem sede em Aveiro. A ASPEA tem sede em Lisboa apenas tem actividade em Aveiro. É um facto. Mas não tem sede em Aveiro tem sede em Lisboa e o número de associados (não vou ser eu a dizer) residentes em Aveiro é de corar de vergonha os Aveirenses. Mas a nossa relação com as nossas Associações é tranquila. O PMAA funciona muito bem e nós temos o maior gosto de sermos parceiros das nossas Associações no trabalho que elas fazem de relevante interesse público. Muito obrigado."*

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início<sup>014</sup> ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

### **Membros da Assembleia**

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>015</sup>

*Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, trabalhadores. O surto Covid, esta pandemia que todos enfrentamos, os trabalhadores são os que mais estão a ter problemas devido à precariedade estar a afectar os trabalhadores portugueses.*

*Eu quero deixar aqui dois ou três dados. O desemprego no concelho de Aveiro tem uma variação homóloga de junho 2020 para junho 2019, de 28,8%. Durante os meses da pandemia houve constantemente aumento de desemprego. E os dados do IEFP diz que 53% dos trabalhadores inscritos são trabalhadores com vínculo precário. A precariedade é a antecâmara do despedimento.*

*Se não se alteram as políticas vamos continuar a ter precariedade e são os jovens que vão ter essas dificuldades. Se não assumirmos essas alterações faremos com que o país não cresça. Podem estar a sorrir, mas isto são dados do IEFP e do INE e são dados importantes. O Covid não pode ser desculpa para tudo. Há um ano atrás sem Covid os salários (todos sabemos) não podiam crescer, os direitos não eram garantidos aos trabalhadores. Agora é o Covid que é desculpa. Ou seja, todos os anos vamos encontrando situações para continuar a manter a precariedade nos jovens trabalhadores. Disse."*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>016</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais saudar todos os presentes. Está em curso uma operação de investimento público na Avenida para mudar o seu traçado. Mas mais que discutir essa operação em concreto é importante enquadrar esta operação no modelo de desenvolvimento concebido por este executivo.*

*A política deste executivo tem sido investimento público no espaço público para alavancar investimento privado. Ou seja, estamos a sequestrar o investimento público para garantir todas as condições há acumulação especulativa. Dos sectores do imobiliário, do sector do turismo. E isso é ultra penalizador para a população de Aveiro. Resumindo, com uma frase do Senhor Presidente que resume bem a sua política em curso "só vejo gente a ganhar dinheiro e muitos deles como nunca".*

*No caso concreto da Avenida vemos a sua requalificação sem a requalificação prévia do edificado e sem políticas de habitação na mesma. Isto é o verdadeiro convite à especulação*

*imobiliária e conseqüentemente à geocentrificação. Ou seja a expulsão das pessoas do centro urbano porque não conseguem suportar o aumento do preço da habitação.*

*A situação torna-se ainda mais grave porque a Câmara Municipal se abstém de regular estas dinâmicas. Não previu no seu PDM qualquer medida para combater os efeitos desta política que resulta em especulação imobiliária. Não criou rácios de habitação a custos controlados por nova habitação construída, rácios de alojamento local por habitação existente nestas zonas, não previu zonas de construção para arrendamento social acessível, não tem uma política fiscal que cative as mais-valias destes negócios especulativos.*

*E a situação agrava-se ainda mais porque a Câmara tem uma política que é apoiada pelo Partido Socialista de alienação de património que poderia ser colocado para alavancar uma política de habitação social que actualmente não existe. Estamos a falar de uma política de habitação pública que seja abrangente para a cidade.*

*Temos de colocar no centro os interesses da população e os interesses do direito à habitação e do serviço público e não a facilitação de negócios e da acumulação dos negócios especulativos.*

*Como devem saber esta semana o SNS cumpre 41 anos. Foi há 41 anos que a Saúde dos portugueses se tornava um direito efectivo em Portugal. Em 41 anos o nosso SNS transformou a sociedade. Trouxe um médico de família a quem nunca pode ter médico e reduziu a mortalidade infantil e materna com índices comparados aos melhores países na Europa.*

*Em termos de Covid o SNS assume uma importância ainda maior. O SMS é a segurança da população em tempos desta crise e ao contrário dos privados não fechou as portas, esteve sempre lá a proteger a população. E portanto a centralidade do SMS tem de ser afirmada e celebrada neste 41.º aniversário.*

*E celebrar o SMS em Aveiro é lutar pelo reforço do centro hospitalar do Baixo Vouga. É lutar para que o nosso hospital tenha mais valências, tenha mais meios, para que dessa forma servir melhor a população. Estar ao lado dos profissionais de saúde que abnegadamente protegem as nossas vidas. É estar ao lado das populações que lutam pela sua unidade de saúde de proximidade. É assim que defendemos o SMS, defender a Saúde como serviço público universal e tendencialmente gratuito.*

*Por último não podíamos deixar de fazer uma referência ao processo em curso da descentralização para as CCDRs. O actual processo tem o objectivo de travar a política constitucionalmente prevista da regionalização. Se o modelo para a eleição bizarra dos presidentes das CCDRs por eleição directa por colégio eleitoral não fosse má o suficiente, de verdadeiro ataque à democracia, este processo tem piorado com as comunicações constantes na comunicação social do negócio descarado que está a ser feito entre o PS e o PSD para distribuir cargos nas CCDRs. Isto não é nada que nós já não conhecemos em Portugal. Isto é a costumeira política do bloco central de interesses entre o PS e o PSD que quando é para distribuir o bolo estão sempre de acordo e unidos.*

*Nós rejeitamos este modelo. Nós defendemos a verdadeira regionalização com eleições directas. É esse o nosso compromisso. Obrigado."*

Presidente da Mesa:[017](#)

*"Senhores deputados dar aqui uma referência, que está também na correspondência que eu referi no início, mas já agora comunicar que a eleição para presidente da CCDR está definida para o dia 13 de Outubro. Oportunamente os senhores deputados receberão mais indicações assim elas vão chegando. Foi por esse motivo que ainda não vos fiz nenhuma comunicação específica nesse sentido."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Estamos em pleno processo eleitoral para as CCDRs, curiosamente um processo que passa completamente ao lado daqueles que vão exercer o seu direito de voto aqui nesta Assembleia e em todas as Assembleias do país. Este processo configura uma regionalização, mas a Constituição define que a regionalização só pode avançar após de um referendo sobre o tema. Em 1998 o referendo não foi aprovado. E portanto enquanto não houver alteração constitucional, não havendo referendo, não há regionalização. A eleição indirecta dos Presidentes e vice-presidentes das CCDRs é uma tentativa encapotada de avançar com algo que os portugueses rejeitaram. Sendo o CDS, como é público, contra este processo.*

*Mas havendo alterações Constitucionais que permitam a regionalização, será que as regiões que estão actualmente desenhadas são as que os portugueses querem? Talvez fosse bom começar por aí. Definindo o que é o Norte, o Centro, e o Sul. Fazer a análise da composição de cada NUT III. Pela assunção sem reservas do fim da divisão administrativa em distritos e à escala nacional pelo processo de agregação dos concelhos, o qual deveriam ter ocorrido antes da reorganização das freguesias.*

*Construir uma casa a partir do telhado parece-me uma especialidade portuguesa, designadamente ali para os lados do Palácio de São Bento em Lisboa. Mas como já nos deu resultados tão maus agora é preciso arrear caminho. Disse."*

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>019</sup>

*"Senhor presidente da Assembleia, Senhores deputados, duas notas. A primeira nota vai para o ex-presidente da Câmara de Aveiro Dr. Alberto Souto Miranda, que ontem cessou funções como Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações do XXII Governo Constitucional. Quando um cidadão aveirenses serviu Aveiro com a relevância de Presidente de Câmara e é designado para membro dum governo da república num Ministério de grande relevância para o país, deve merecer o regozijo de todos os aveirenses e nomeadamente dos seus representantes no órgão autárquico mais plural e representativo como é a Assembleia Municipal.*

*As elevadas funções que desempenhou sobretudo pelos dossiers que lhe estavam confiados, como sejam o novo aeroporto do Montijo, os Portos, o 5G e os CTT, são merecedores de nota pela importância que estes projectos têm no futuro colectivo do país. Por isso esta nota tem como objectivo enfatizar este facto relevante e sublinhar a traço grosso o destaque que deve ser dado ao serviço prestado por um cidadão de Aveiro que está entre os nossos melhores.*

*A segunda nota diz respeito ao 41.º aniversário do SNS. Para sublinhar também que o SNS tem subjacente um paradigma de sociedade generosa e solidária que importa defender a todo o custo. Este serviço nacional de saúde que é público, universal e tendencialmente gratuito. Ou seja, dito de uma forma simples, que não deixa ninguém para trás. E constitui um nível civilizacional colocando-o ao nível dos melhores do mundo. O nosso SNS é um orgulho para o país e que tem merecido ao longo dos anos a defesa de tantos, e o ataque de outros, poucos, que apesar da violência de muitos desses ataques não têm conseguido destruir. O nosso serviço nacional de saúde deu resposta atempada e com qualidade na pandemia que estamos a atravessar e ao SNS todos os cidadãos devem prestar o seu respeito, aos seus profissionais, que todos os dias combatem e dão o seu melhor por um serviço que deve merecer a defesa de todos nós. Disse."*

Vogal António Aguiar (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

*"Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Senhor Presidente, todos sabíamos que não iria ser este ano, nem provavelmente para o ano, que íamos ter o ferryboat novo. Mas quantos anos mais vamos precisar para ter o ferryboat?"*

*Isto é uma preocupação muito grande para a população de São Jacinto porque está o inverno a entrar e sabemos quais são as limitações deste ferryboat em operação. Mais quando continuamos com a N327 continua a ser uma estrada de perigo. O remendo que fizeram há pouco tempo continua a dar problemas tornando a via intransitável.*

*As pessoas que frequentam São Jacinto preferem atravessar de ferryboat que passar na N327.*

*Esta minha preocupação é pelas pessoas que se têm de deslocar pela estrada ou por água para poderem vir exercer a sua actividade profissional, mas também pelos que visitam São Jacinto. Apesar da situação que nos apanhou a todos do Covid, felizmente São Jacinto passou ao lado. Tivemos um Verão excepcional, uma economia local excepcional, restaurantes e estabelecimentos que não se queixam, porque não falta procura em São Jacinto. Mas se ficarmos sem ferry e sem estrada é claro que é mau para São Jacinto. E a minha pergunta é: será que podemos continuar a sonhar com o ferryboat ou com toda esta situação em volta do concurso de ferryboat vamos ter de esquecer as promessas e não ter ferryboat nenhum? Obrigado."*

Vogal Simões Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

*"Obrigado. Boa noite a todos. Senhor Presidente o senhor melhor que ninguém sabe que eu o trato com deferência. Situações há que até tenho oportunidade de manifestar-lhe estima pessoal. Tem a ver com o facto de nós sermos pessoas educadas e termos toda a conveniência e necessidade de nos tratarmos bem. No meu caso tem a ver também com o desejo da reciprocidade. Penso que é legítima essa expectativa. Bom, posto isto vamos a assuntos terrenos.*

*Vou retomar o nosso Estádio. O futebol para o qual o equipamento foi destinado de forma oportunista utilizou-o enquanto precisou, isto é, serviu para a festa. Terminada esta e porque arrumar os despojos é um aborrecimento foi abandonado a uma interminável 4.º feira cinzenta. Porque arrumar os restos já não é festa. Agora, terminada a área da travessia e tendo aligeirado das costas a maledicência da dívida, avolumam-se os contornos de estarmos perante um equipamento dinâmico e de relevo estratégico. Enquanto se sustenta a expansão permite a extinção do velho Mário Duarte disponibilizando assim o seu espaço para outros desígnios mais adequados dentro do espartilho cidadão. Acolhe agora na sua vizinhança a cidade do futebol aveirense e vai conviver com o futuro pavilhão multiusos. E a recente notícia da decisão da Câmara Municipal ter mandado realizar um novo estudo de acessibilidades envolvendo Santa Joana e Azurva, mais um reflexo importantíssimo do reflexo projectado pelo Estádio. E aqui Senhor Presidente, gostaríamos por parte de Vexa de uma melhor explanação sobre o projecto. A zona limítrofe de Azurva é o espaço natural de expansão da cidade. Tem acessibilidades modernas e expeditas. Tem áreas florestais enormes ávidas de cario, tem o rio Vouga que de forma discreta, com as suas águas meigas, parece dizer que está ali e quer ser protagonista. Muito obrigado."*

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

*"Boa noite a todos. Hoje venho apresentar um problema que julgo ser da máxima importância. Em setembro de 1998 foi inaugurado o Tribunal de Família e Menores de Aveiro. Este Tribunal veio satisfazer as necessidades há muito sentidas quer pelos cidadãos quer pelo próprio sistema judicial porque até essa data era nos antigos Tribunais de Comarca até então com competências genéricas que se travam estes assuntos do direito de família. O Tribunal instalou-se na Rua Eça de Queirós, como todo sabemos, e apesar de já na altura se dizer que aquele local era provisório o certo é que se mantém até aos dias de hoje naquele local. Aveiro ficou assim com um Tribunal de competência especializada que muito se lutou para que se concretizasse.*

*O tempo correu cerca de 22 anos e apesar das sucessivas reformas do sistema judiciário, algumas diga-se sem qualquer sensatez, o Tribunal lá foi funcionando. Tempos houve em que o Tribunal servia quase todos os municípios do distrito, até que a certa altura passou a servir apenas Aveiro e actualmente Aveiro/Ílhavo/ Vagos/Albergaria/ e Sever do Vouga.*

*Na altura em que serviu apenas Aveiro, juntámo-nos a outros colegas no sentido que as pessoas de Ílhavo e de Vagos não se deveriam deslocar para Oliveira do Bairro e pudessem ser atendidos em Aveiro.*

*Os problemas actuais do Tribunal de Família de Aveiro são os mesmos de há muito tempo. Esses problemas foram reportados e nunca houve de parte do município e de outras entidades vontade de resolver.*

*Nós todos bem sabemos que aquele edifício era uma antiga creche, casa que foi adaptada ao Tribunal de Família, no entanto dado o movimento e as características do próprio edifício não servi apara sempre. Mas lá fomos andando.*

*A pandemia veio trazer mais problemas, não apenas aos tribunais, a tudo. Pois dado o espaço exíguo que existe e número de pessoas que frequentam aquele espaço o receio de transmissão do vírus é de elevado grau. Portanto como forma de colmatar este problema foi decido a título provisório que o Tribunal de Família passaria a utilizar as instalações do antigo governo civil, mas que estão ocupadas por uma delegação da PSP.*

*Iniciado o ano judicial e na impossibilidade de se fazerem as diligências no juízo de família de Aveiro foi decidido que os julgamentos se fariam em Ílhavo e em Vagos. Curioso a título provisório. É sempre tudo provisório.*

*Também a título provisório se deslocou o Juízo de Comércio para Anadia. E este provisório já leva anos e julgo mesmo que seja definitiva. E agora também a título provisório lá vai o juízo de família de Aveiro para Ílhavo/Vagos. Vejo com muita preocupação este problema. Põe em causa um serviço aos aveirenses e a Aveiro. Aveiro capital de distrito deve ter todos os serviços. E não pode admitir que aqueles que cá estão instalados sejam retirados, o que acontece frequentemente. E nós autarcas não podemos estar a ver esta situação sem nada fazer. Quer o juízo de comércio, que o juízo de família, necessitam de novos espaços. Será que o município não tem nenhum? Será que não há possibilidade de instalar onde algum ministério tem instalado algum serviço? O prédio do governo civil, o edifício da segurança social, as instalações da GNR que não estão ocupadas na totalidade. Certamente que se todos estivermos de acordo e aqui não interessa o partido de cada um, juntos conseguiremos resolver esta situação. Atrás de estes dois juízos amanhã poderá ser a vez de outro. Lanço aqui um apelo forte a todos. Mas mais que um apelo um desafio para impedir que Aveiro venha a ser despejado dos seus serviços, no caso os que já referi. Pois se foi tão difícil a sua vinda para cá, agora em nome do provisório vamos deixá-los sair? Aveiro precisa de mais serviços e não de menos. Os aveirenses agradecerão. Todos juntos vamos conseguir resolver esta situação. Disse."*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*"Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa. Saudar a Câmara. Senhores deputados e demais presentes. O que me traz é um alerta forte de utentes que utilizam a ponte de Cacia sobre o Rio Vouga. Porque sempre que se encontram em cima da ponte vários camiões carregados a ponte oscila fortemente.*

*Queria aqui lembrar que esta ponte foi construída na década de 40. Depois disso teve uma pequena reparação, mas por via da introdução de portagens na A25 o trânsito de pesados nesta ponte subiu muito. E portanto tenho recebido muitas alertas de cidadãos do concelho de Aveiro e de Albergaria-a-Velha e Estarreja que já têm receio de passar na dita ponte.*

*Eu deixava aqui Senhor Presidente um alerta para que o IP seja contactado para mandar fazer um exame exaustivo a esta ponte e tranquilizar as pessoas da nossa região. E já agora que todos façamos um esforço para que a A25 na nossa zona passe a não ter portagens, porque os políticos que mandam neste país há muitos têm essa responsabilidade. Obrigado."*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

*"Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Neste período de antes da ordem do dia gostava de falar do aniversário do SNS. Gostei da intervenção do nosso colega Marques Pereira, mas pareceu-me demasiado institucional. O Serviço nacional de saúde cumpriu. Cumpriu e estamos cá. Mas se calhar com custos muito elevados. Estou a lembrar-me dos nossos idosos.*

*Mas nesta data, não posso deixar de lembrar também, e nesta fase do Covid veio ao de cima a debilidade da estrutura e dos recursos humanos do nosso Hospital de Aveiro.*

*Pensei que o deputado Marques Pereira viesse aqui referir-se à expansão e requalificação do Hospital pudesse estar já contemplada em alguma rubrica do Governo.*

*Pensei também que ele iria falar, mas acredito que falará noutros sítios, por um melhor apetrechamento de meios e recursos humanos para o nosso Hospital de Aveiro que muito precisa e não tem sido feito. Passou mais um ano desta direcção e continua sem ser feito.*

*É importante quando se fala do aniversário do SNS não esquecer a carência estrutural e de recursos humanos do nosso centro hospitalar. O nosso Hospital não pode continuar a ser uma rotunda giratória de envio de doentes para Coimbra ou para Gaia.*

*Repito. O nosso Hospital não pode continuar a ser uma rotunda giratória de envio de doentes para Coimbra ou para Gaia.*

*Este é um assunto que deve tocar a todos e no qual todos devemos estar juntos para melhorar o nosso hospital para assim os aveirenses poderem ter saúde e sentirem-se seguros em Aveiro."*

### Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[026](#)

*"Obrigado. Nuno Teixeira subscrever em parte aquilo que disse sobre a preocupação do desemprego. Não acho que o problema da precariedade seja o problema número um. Porque os cidadãos que têm um vínculo mais precário em regra são as primeiras vítimas de uma crise económica é verdade. Sabemos disso. Mas são vítimas como tantos outros com vínculos não precários. Não há nenhum país no mundo mesmo comunista que tenha inventado uma solução para resolver problemas desta natureza de recessão e crise económica grave. Não. E se souber de alguma democracia comunista que tenha a solução faça favor de dizer, porque obviamente sempre gostamos de aprender coisas.*

*E pedir também ajuda a todos. Obviamente que temos um problema que vai continuar, que se vai agravar. Temos toda consciência disso. Mas temos também de jogar o jogo contrário. Dou-vos um exemplo.*

*Por exemplo nós fizemos um protocolo com o IIEFP para contratar 20 assistentes operacionais para trabalhar nas nossas escolas, agora que temos a responsabilidade de gerir o pessoal não docente das nossas escolas. As carências que recebemos do ministério da educação são inacreditáveis e inadmissíveis e estamos a fazer um trabalho para colocação, porque com a gestão da Câmara Municipal de Aveiro as nossas escolas não vão ter carências de recursos humanos. Obviamente temos um trabalho de transição. Estas coisas não se fazem de um dia para o outro. Mas a estratégia que montámos e o trabalho de equipa que temos com os nossos interlocutores mais próximos, que são os directores dos nossos agrupamentos (sete mais o conservatório). Estamos a preparar um grande concurso para contratação de pessoal. Assistentes operacionais e assistentes técnicos. Esse concurso vai ser para suprir as carências no que existe ao que refere ao rácio que o governo tem. Que é uma lei do país. Embora há uma proposta do ministério da educação que está no ministério das finanças desde Abril, para aumentar o rácio.*

*Não percebi, porque o nosso Primeiro-Ministro diz assim umas frases bombásticas para ser notícia, se aquilo que o Primeiro-ministro disse ontem que iam contratar mais 1.500 pessoas, quer dizer que de uma vez por todas a Portaria que está nas Finanças desde Abril vai sair aprovada. Embora até parece, quem ouve o Primeiro-Ministro, que as pessoas começam a trabalhar para a semana. Não. O rácio saindo apenas permite que se lance os procedimentos concursais para contratar. Não quer dizer que comecem a trabalhar. Há primeiro a tramitação pública dos concursos.*

*Ponto um, vamos primeiro abrir concurso para cumprir carências com o rácio actual. Obviamente como o concurso ficará válido durante ano e meio logo que haja um rácio maior usaremos as listas para suprir as carências com o novo rácio e temos um acordo que é até ao final do ano lectivo presente definiremos o rácio de Aveiro. O que é o rácio de Aveiro. É além de cumprirmos o rácio do país, nós por motivos atendíveis de excepcionalidade de gestão das nossas crianças nas escolas, vamos assumir assistentes operacionais e assistentes técnicos acima do rácio, sabendo que esses serão pagos pelo nosso orçamento municipal e não pela dotação que o Ministério nos transfere no quadro da descentralização. Vou dar um exemplo. Nós já temos isso no pré-escolar. O rácio manda que um jardim-de-infância que tenha uma sala tenha um assistente operacional, um jardim-de-infância que tenha duas salas tem uma assistente operacional, um jardim-de-infância que tenha três salas tem duas assistentes operacionais. Nós discordamos disto. E qual é o rácio de Aveiro? Nós entendemos que estes grupos de crianças dos 3 aos 6 anos exige uma educadora e uma assistente operacional para cada sala. Em Aveiro cada sala tem uma assistente operacional e quem paga a diferença do rácio é o Orçamento da Câmara.*

*No período de transição, repito, de comum acordo com os nossos agrupamentos ir buscar rapidamente pessoas para nos ajudarem a suprir essa carência. Com uma vantagem. Essas pessoas que iremos buscar ao centro de desemprego, essas pessoas estão limitadas porque o acesso aos contratos de emprego de inserção é muito limitado. Uma pessoa que se inscreve hoje não é elegível amanhã para um contrato de emprego de inserção. Também estamos a pedir ao ministério para poder aliviar essas exigências para podermos empregar as pessoas mais rapidamente, e saibam que ao final de duas semanas de procura de recursos humanos para virem trabalhar para as escolas ainda só temos metade. Se alguém nos poder ajudar com gente que reúna as condições para nós contratarmos imediatamente que o faça. Sabendo que essas pessoas irão ter uma vantagem. Não aprender, vão lidar com uma escola num processo de seis a nove meses e obviamente vão ficar com condição para irem ao concurso, e obviamente ficarem em condições seja na prova de avaliação*

psicológica, seja na prova escrita, seja na entrevista, porque já lidaram com aquele tipo de serviço.

Portanto quero deixar aqui esse apelo a todos porque estamos com dificuldade de recrutar essas 20 pessoas para fazerem este trabalho.

Duas ou três questões sobre o SNS. E vou deixar as questões da Câmara para o Período da actividade municipal. Dizer o seguinte: deixar uma nota de subscrição naquilo que disse o Manuel Prior. Eu já disse que a melhor homenagem que podemos fazer ao SNA aquando da comemoração dos 40 anos, assim como agora nos 41 ou em qualquer aniversário, é investir para que ele seja melhor.

Esta coisa da tanga, do eferreá, e das coisas tão bonitas de que correu tudo bem no Covis, deixem-se disso. Vamos é fazer mais e fazer melhor. Até porque aconteceu uma coisa horrível no tempo do Covid o investimento no SNS baixou! Coisa inacreditável deste governo. E sabemos todos por que é que baixou. Porque as outras várias tipologias do SNS estiveram período de porta fechada. Por motivos de natureza atendível até certo modo, mas queremos muito que não volte a acontecer e temos feito pressão sobre o ministério da Saude para que alivie aquilo que ainda hoje são limitações de acesso aos serviços. Bem sabemos que é preciso proteger o sistema do SNS, de quem está a trabalhar ou de quem está a ser tratado lá, mas é preciso cuidar de toda a gente que tem outras patologias e que sabemos que elas são inúmeras, como é evidente.

Ainda hoje uma pessoa muito querida da nossa terra foi internada, mas levou dois dias entre a maca de entrada e uma cama de internamento. Uma coisa chocante. É preciso dizê-lo e é preciso investir e contratar recursos humanos. É preciso adquirir equipamentos, é preciso é requalificar e ampliar o nosso hospital. Continua a luta e ainda não conseguimos ter a luz verde acesa.

Por isso vamos lá deixar-nos de conversa da treta de homenagear aquilo que tem passado, mas o que nós queremos não é o passado. O que nós queremos é futuro. É isso que nós queremos para o bom SNS que temos, mas que está a precisar há muitos anos de investimentos brutais porque o desinvestimento no SNS, arredondado a conta, na última década foi demais e é preciso recuperar rapidamente. É preciso darem possibilidade às universidades para formarem mais médicos, porque temos muito poucos médicos no mercado, etc, etc.

Quem sabe se não foi por ter posições políticas como esta que acabei de dizer que a Ministra Marta mandou sair a Secretária de Estado Jamila!? Uma das surpresas desta recente remodelação. Quem sabe que aquilo que a Jamila queria, mulher que nos estava a ajudar em coisas muito importantes do nosso hospital, quem sabe se não foi por isso que a Marta exigiu a sua saída ao Primeiro-ministro? E não estou a especular nada porque está dito pela sua própria boca.

É uma luta dura. E é bom que os aveirenses se deixem de demagogia. De conversa que não interessa para nada como esta do Marques Pereira. Mas que nos ajudem a trabalhar. Que nos ajudem a conquistar as coisas. Para que as "Jamilas" não vão para a rua porque nos estão a ajudar. Porque ela trabalhando bem, ainda por cima como é lata e a Marta é baixa, estava a começar a fazer sombra à Marta. E uma das coisas que os que têm baixa estatura política àqueles que têm altura é afastá-los porque lhes fazem sombra.

Portanto deixem a conversa que não interessa para nada. Que não ajuda a tratar de nenhum dos nossos concidadãos. E vamos à luta que é o que interessa.

É tão raro eu concordar com o Bloco de Esquerda!? Mas olhe João, subscrição total daquilo que disse sobre as CCDRs.

Eu estou muito à vontade porque sou o único membro de concertação territorial liderado pelo Primeiro-ministro, que votou contra. Sou o único membro do Conselho Directivo da ANMP que votou contra.

*Estamos a falar de actos formais não estamos a falar de discurso político. Votei contra e sou contra. E apenas o que tem acontecido neste triste espectáculo em parte publico, apenas confirma que nós que somos contra temos toda a razão.*

*Só é pena que o Bloco tenha esta vida dupla de por um lado ser contra porque o processo não tem pés nem cabeça. É um embuste para a própria democracia. Mas ao mesmo tempo lá anda o Bloco de namorico com o Partido Socialista para tentar um arranjinho para aprovação do Orçamento do Estado 2021. Qual a razão de não serem mais radicais se são contra? Digam lá ao camarada António "ou a gente faz aqui um acordo global e acaba lá com esses namorico com a rapaziada social-democrata ou se acaba com o namorico do Orçamento de Estado". Mas o Bloco gosta de ter estas coisas de vida dupla. Aliás é famoso aquele candidato de Lisboa que se pôs a andar por ser especulador imobiliário. Mas João afinidade total no que respeita a tudo o que disse sobre este processo bizarro, mau modelo, defendendo a regionalização, cem por cento - menos esta coisa depois do namorico que vocês têm. Ainda por cima namorico escondido que é uma coisa que não é correcta. Onde é que está a transparência do Partido? Mas pronto lá andam os rapazes em namorico.*

*Depois ficam perturbados porque o Costa e o Rui andam de namorico para as CCDRs. Mas eu confesso que é bem mais importante o namorico para o Orçamento do estado que para as CCDRs. E espero que o vosso namorico tenha sucesso a bem da nação.*

*Mas em relação à pessoa que está designada para a região centro nós estamos tranquilos porque é de grande qualidade mau grado vá ser Presidente fruto de um processo que não tem pés nem cabeça. Mas isso não retira qualidade à futura Presidente da CCDR Centro. Mas agora sob o peso político e democrático esse sim está diminuído. O dela e de todos por virem a ser eleitos num processo que não tem pés nem cabeça.*

*Subscrever também o que disse o Jorge Greno. É um bom exemplo para demonstrar que às vezes os extremos tocam-se. Mas era o que faltava não nos tocarmos de vez em quando.*

*Marques Pereira, que saudades eu tinha de o ouvir. Embora percebi que o seu recato de longo tempo, muito perturbado a ver os navios a passar, o trouxe naquele discurso ao seu mais alto nível que é a demagogia e o disparate.*

*Ainda por cima uma pessoa como eu, que reservará para mim, a longa conversa que hoje tive o gosto de ter com o Dr. Alberto Souto, ouvi-lo a dizer o que o Senhor disse sobre a saída do governo do Dr. Alberto Souto, é chocante.*

*E eu tenho pena que em vez de ter falado em dossiers nacionais, não tivesse falado de dossiers nacionais com sede em Aveiro. Tenho pena que o Senhor como administrador do Porto de Aveiro só levante obstáculos e problemas para entregar os terrenos da antiga lota à Câmara Municipal de Aveiro e a bacia de retenção de São Jacinto, em vez de fazer o contrário.*

*E esta saída do Dr. Alberto Souto, como toda a gente sabe, porque há uma parte pública, nunca revelarei a conversa que tive com ele hoje é nossa. É e será sempre. Mas é publico por que é que o Dr. Alberto Souto saiu do Governo, é publico. Porque não está mais para aturar o Ministro Pedro Nuno Santos.*

*E aquilo que nós precisamos é que o Ministro Pedro Nuno Santo, que é o Ministro que decide tudo. Os Senhores Secretários de Estado preparam os despachos ao Ministro. Ele ainda não tenha decidido nada!*

*Quanto ao Presidente António Aguiar não tenho nada para lhe dizer. A luta continua pelo arranjo da N327 mas o Governo não quer saber disso para nada. O Senhor Ministro recebe os sms do Pires da Rosa, recebe os meus telefonemas, as reuniões, os ofícios, mas trabalhito ou projecto para resolver, zero. É a pura demagogia. Mas temos que lutar por isto. Nós todos, de todos os Partidos, é fundamental. Deixem-se de partidarite porque a malta de Coimbra o partido deles é Coimbra. A malta do Porto o partido deles é Porto. Mas a malta*

*em Aveiro tem esta ideia absurda de pôr o seu Partido acima do seu aveirismo. Isto tem de acabar.*

*Porquê? Porque estamos em tempo capital para dar destino às dezenas de milhões de euros, de milhares de milhões de euros que vamos começar a receber a partir de Janeiro. E a luta está a ser dura. A luta está aberta. Estamos a lutar com a folha de Excel com o nome das obras e o orçamento. E portanto deixem-se de tretas. De discursos que não interessam para nada.*

*Tenho muita pena do Dr. Alberto Souto ter saído do Governo. Mas compreendo-o porque nunca percebi como é que ele aceitou ser numero dois do Ministro Nuno Santos. Porque a sua visão da vida, a sua personalidade, as suas atitudes da vida e na gestão pública são radicalmente diferentes. Obviamente que não podia durar muito tempo. Não tenho mais que reiterar o meu empenho, o nosso empenho da equipa da Câmara, para continuar a lutar por todos os nossos objectivos nomeadamente aqueles que estão dentro do Ministério das infraestruturas e da habitação. E obviamente ao Dr. Alberto Souto desejar felicidades, mas isso já fiz de forma clara e cristalina pela boa relação que continuamos a cultivar um com o outro. E a luta continua pela antiga lota para que passe para a Câmara, pela bacia de São Jacinto passe para a Câmara, pela N327 ser feita a obra e acabara a conversa, a ligação Aveiro/Águeda, as licenças do 5G, temos tantas coisas naquele ministério. E a luta continua.*

*É verdade António Aguiar que também temos a pressão ferry. Obviamente que não é preciso a pressão do ferry para tratar da N327 como sabemos. Mas estamos na luta por ter o Visto do Tribunal de Contas, na luta para ganhar o processo judicial, mas vamos fazer o ferry. Espero que ganhemos todas as lutas que temos em cima da mesa porque este é um objectivo capital. E temos dois argumentos excepcionais. Um é a vida útil do nosso velho ferry. Já lá vão 60 anos. É o dobro da vida média útil de um navio. E um outro argumento que é termos um tempo crítico para executar o financiamento que temos do programa do POSEUR. Que é o nosso principal financiador. E portanto não temos todo o tempo do mundo para executar até porque estamos a fechar o ano último de execução do quadro e depois teremos apenas o prolongamento durante três anos.*

*Simões também tenho muito apreço por si. Acho-lhe graça e é uma pessoa bem-humorada e portanto gosto muito de si. Que não haja dúvidas sobre isso. Se eu tenho aí alguma falta consigo procurarei encontrá-la porque tenho muito apreço por si como pessoa e como político.*

*Dr. Seiça Neves que bela intervenção para mandarmos ao Dr. António Costa e à Ministra da Justiça que não lhe liga nenhuma. Nem a si, nem a mim, nem ao nosso presidente esforçadíssimo Dr. Paulo Brandão. E que tenho muita pena que vá deixar de ser presidente da nossa comarca. E ainda na nossa última reunião que tivemos do Conselho Consultivo o tema foi este. Aliás, tema único do Conselho que tivemos na reunião do mês de Agosto. E de facto é inacreditável. Mas agora retire a Câmara daí Senhora Doutora. Eu sei que é uma chatice, mas na Justiça manda o Governo. Nós já fizemos trinta por uma linha. Propostas, disponibilidade de edifícios, mas a luta inacreditável entre o Ministério da Administração Interna, que não quer sair do edifício do governo civil (que é um absurdo) para colocar lá a Justiça. Guerra entre estes dois Ministérios, que não vem deste Governo, já vem de trás.*

*O Presidente do Instituto de Gestão Patrimonial da Justiça, não sei se sabe Senhora Doutora, há 4 meses demitiu-se. E é um Aveirense, embora lá da ponta norte do distrito, demitiu-se porque não está mais para aturar gente que não decide. Gente que empaleia em Aveiro e pelo país fora.*

*A Câmara de Aveiro está presente com parceria, com propostas, com tudo. O Governo não decide. Aliás, a malta até se esquece que há Ministra da Justiça. Tem de se pensar muito para se saber quem é. Qual foi a última intervenção dela? Qual é o Tribunal que está em*

*construção no país? Temos um problema gravíssimo na nossa prisão. Temos uma prisão que é uma vergonha nacional. Das piores do país. Estão lá o triplo dos cidadãos que deviam estar.*

*Mas portanto tomei boa nota Senhora Doutora. Porque me estimula mais a continuar a nossa luta. Mas olhe temos de levar uma cópia do seu discurso ao Costa e à nossa Ministra Van Dunem para estimulá-los a trabalharem e a tomarem decisões. A investirem. A vida e os problemas resolvem-se a fazer coisas. E a Câmara de Aveiro é um exemplo de quem faz coisas e resolvem problemas financeiros. E somos parceiros do Governo em tantas coisas. Olhe somos parceiros do Governo e está a correr muito bem o processo de descentralização na área da Educação. Excelente exemplo. Agora é preciso que se trabalhe e que se decida. Nós trabalhamos e decidimos. E somos parceiros em várias coisas. Ainda hoje esteve aqui a trabalhar comigo o Director Geral do Tesouro e Finanças e Património do Estado, para tentar resolver problemas alguns deles bem velhos. Nós estamos cá para trabalhar. Mas na área da Justiça o Governo é ausente demais e mau demais.*

*Quanto ao alerta do Casimiro Calafate está feito. Vamos repeti-lo ao IP, ao Eng. Carlos Fernandes um Administrador excelente e também excelente a trabalhar connosco. A última nota que tenho dele, sendo administrador da área ferroviária, e nos ajuda a tratar de todas as questões do IP, é que a ponte está devidamente monitorizada e está dentro do plano de médio prazo para fazer uma intervenção profunda de requalificação. Mas suscitada a questão por si, eu farei mais uma diligência até porque é muito regular falar com o Eng. Carlos Fernandes para procurar dar essas notas que no mínimo são de preocupação de pessoas que no mínimo temos que atender para que tudo esteja bem naquela ponte onde passa tantas pessoas.*

*Obviamente, fica uma obra de qualificação do centro de Cacia e da Avenida Europa que hoje, fica a notícia, recebeu Visto do Tribunal de Contas, e sabe bem que a nossa perspectiva é que o tráfego pesado vá terminar naquela zona e apenas fique o trânsito para cargas e descargas. Mas obviamente é um dossier que trabalharemos no trabalho de equipa globalmente bom que temos em curso com as infraestruturas de Portugal. Muito o brigado a todos."*

**Ponto 1 – Apreciação e votação do Concurso público internacional para a “Conceção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro”**  
*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 03/09/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>027</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>028</sup>

*"Senhor Presidente, de uma forma sumária, esta é uma proposta que trazemos que é uma velha questão da nossa cidade, do nosso município. De um serviço que cada vez é mais procurado pelos cidadãos. E obviamente os cidadãos que vão querendo este serviço deslocam-se para as cidades próximas de nós que tem estes serviços. Nomeadamente as mais frequentes são, São João da Madeira, Porto e Figueira da Foz. Mas obviamente entendemos que pela crescente opção dos cidadãos pela cremação que Aveiro também deve ter uma oferta deste tipo de serviço.*

*Por outro lado temos uma outra circunstância que é conhecida de todos que é a carência de salas velatórias ou capela mortuárias, enfim. E alguns dos que actualmente são usados temos consciência que não deviam ser usados, como sejam as igrejas. E alguns deles não têm condições. Aliás um deles foi recentemente desactivado. Por força do Covid é verdade, mas obviamente todos conhecia-mos as suas condições precárias na quantidade de espaço e na acessibilidade ao espaço, que é a capela da santa casa da misericórdia, como todos conhecemos. E portanto é uma outra carência que entendemos por bem suprir com este processo.*

*Portanto, agregar à unidade de cremação um conjunto de casas mortuárias (duas mais uma) para que possamos cumprir estas duas funções. Estar no mesmo complexo estes dois tipos de serviços. Serviço de cremação e o serviço de velação, seja dos corpos a cremar seja daqueles que o não é.*

*E a outra nota, que aqui não está em causa, porque o processo vem à Assembleia por causa da componente que integramos de concessão. Mas obviamente a concessão não é num sítio qualquer. A concessão nascerá de uma obra que integra o mesmo concurso concretizada num sítio, porque obviamente não poderíamos estar aqui com uma proposta sem sítio.*

*Portanto o sítio que escolhemos, depois de muita discussão entre nós, técnicos e junta de freguesia, entendemos que aquele terreno abandonado e com um edifício em processo de ruína, que é à frente do portão principal do cemitério sul, era o sítio mais indicado para receber este equipamento.*

*Portanto é um terreno de 1.200 metros quadrados. Para receber um edifício que ocupará um terço da área e que evoluirá apenas em rés-do-chão. E pronto tem ali uma proximidade ao cemitério sul que para muita gente será útil obviamente porque depositará os restos mortais dos seus familiares no cemitério sul, para outros não, porque terão outras opções.*

*Mas pronto há uma percentagem que nós prevemos como importante, que sejam utilizadores do cemitério sul e por este conjunto de motivos entendemos que aquela era uma boa localização. Com acessibilidade fácil, numa zona urbana mas que não tem intranquilidade de movimentos de passagem. Este tipo de equipamento exige que tenham algum recato em termos do reboiço normal de uma cidade.*

*Portanto é este o quadro que nos levou a tomar esta decisão. Negociamos o terreno. O terreno está agora com deliberação de compra. Estamos a tratar dos procedimentos para se formalizar a escritura. E pronto, com muito gosto trazemos à Assembleia Municipal esta proposta sabendo que temos um caminho pela frente. Obviamente abrir um concurso e escolher a melhor proposta. Esperamos ter várias propostas para podermos seleccionar. O trabalho de projecto primeiro e o de obra a seguir e, obviamente, depois a tal componente da concessão com a entidade que vier a ganhar o concurso.*

*E portanto é sumariamente este o quadro base que nos fez aprovar a proposta na Câmara Municipal e trazê-la obviamente aqui à apreciação da Assembleia Municipal, estando obviamente ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado."*

### Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação a esta matéria nós julgamos que de facto há um aumento de procura, aliás mesmo do ponto de vista europeu os países do norte de europa estão muito afastados de nós relativamente a essa preferência, mas nós percebemos que há de facto uma procura assinalável ao nível do território e cada vez mais ao nível da região.*

*A questão que o Senhor Presidente realça é muito pertinente em relação aos operadores poderem utilizar esses espaços alternativos àqueles que existem. De facto as capelas e*

*igrejas têm outros tipos de componentes. Designadamente as actividades eclesíásticas como é obvio, mas também a componente museológica. E às vezes esta coincidência não é de facto muito confortável. Ter um espaço que centralize estes serviços pode marcar a diferença entre ter um serviço comodo, pacífico, porque estes momentos são de facto de muita introspecção. E estar numa igreja com turista a querer entrar e constatarem que há uma cerimónia fúnebre a decorrer não é de facto muito confortável.*

*Também vai facilitar julgamos nós, na avaliação que fizemos, uma diminuição dos cortejos fúnebres que infelizmente já ninguém respeita na verdade.*

*A localização consideramo-la aceitável porque de facto naquela zona existe já o cemitério. A questão da centralidade é muito subjectiva. Porque o que temos ali é a linha férrea e o cemitério com uma dinâmica de cerimoniais fúnebres muito frequente e regular. Portanto as pessoas estão habituadas àquele espaço. O crematório não tem impacto negativo fisicamente que possamos constatar. É um lugar até aprazível nesse sentido da comodidade. A estética penso que também não fere e é um sitio onde vai prevalecer o silencio. Não vamos promover o ruído ou perturbação ao nível da população. Portanto julgamos que de facto é um lugar bastante aceitável para colocar o crematório.*

*Duas questões que me saíram com alguma discussão. A questão ambiental. Sabemos que o sepultamento é claramente polui mais que a cremação. Embora na cremação não haja emissões zero, mas é claramente um processo que polui menos. O sepultamento polui mais. O nosso território começa a ter alguns cemitérios que inibem a colocação de zinco, em Aveiro ainda é permitido, mas os nossos terrenos estão a ficar mesmo saturados. Portanto a questão da cremação aqui é muito pertinente em termos de valor ambiental.*

*E esta é uma questão que eu gostaria de colocar ao senhor Presidente. Quais são as garantias em termos da tecnologia que vai ser implementada?*

*Há fornos e fornos e espero é que essa questão seja salvaguardada. A concessão a um privado não me choca. Digamos que o PAN não tem essa fixação de entre público e privado. Mas temos uma constatação. Deste que estão próximos aqui de Aveiro o único que funciona com bastantes deficités é São João da Madeira que até municipal. Os privados que existem funcionam.*

*A duração do contrato é que não percebe-mos o porquê de 30 anos!? Talvez o Senhor Presidente consiga explicar, a nós parece-nos um bocadinho excessivo.*

*De assunto geral não temos nada a obstar a este processo e tendencialmente seremos a favor. Obrigado."*

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

*"Senhor Presidente obrigado. Em relação à medida achamos que a medida é positiva. Gostaríamos de deixar um reparo em relação a que devia ter uma perspectiva neutra podendo atender às diversas religiões, mas ter uma perspectiva neutra, portanto preparada para poder acolher qualquer religião e não haver de forma preponderante na sua decoração possa colocar entraves.*

*Em relação à questão da concessão nós achamos que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia teriam condições para gerir um espaço destes. Estamos a colocar nas mãos dos privados a gestão de todo este processo. De resto, como nós assinalamos, achamos que é uma medida positiva que irá ser para o bem da população. Disse."*

Vogal Júlia Correia (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

*"Muito boa noite. Os meus cumprimentos aos presentes. Em relação a esta medida o Bloco de Esquerda valoriza e muito a construção de um crematório em Aveiro. Consideramos que*

*dar esta possibilidade às pessoas no momento da sua morte é também dar-lhes opções para esse momento final. Claramente existe na nossa região uma carência a este nível e, portanto, é um sinal positivo e que vai ao encontro das necessidades concretas das pessoas. No entanto o Bloco de Esquerda não concorda com a opção de concessionar este equipamento a um privado. A privatização dos serviços tem sido a prática recorrente deste executivo e nem sempre com os resultados que seriam de esperar. Temos o exemplo da concessão da MoveAveiro com todas as consequências negativas que essa opção política implicou. Temos também o negócio que se perspectiva ruinoso para o erário público da construção e concessão do Parque de estacionamento do Rossio. E os exemplos que se amontoam vão cada vez sendo mais frequentes e fazem com que surjam receios na medida em que também em relação a este serviço esta privatização se traduza em pior serviço em benefício do privado.*

*Assim consideramos que o crematório deveria ser público. Ahamos que é positiva a sua construção mas achamos que devia ser publico. Uma infraestrutura deste género não devia ser exercida como negócio, mas sim como um serviço publico prestado à população da cidade. Disse."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção explicou praticamente tudo o que há a dizer sobre este assunto. Obviamente que responde a uma necessidade que se vem sentindo no nosso concelho e na região, a existência de uma infraestrutura deste género. E a colocação das capelas mortuárias para junto do cemitério parece-me necessária e é uma zona que está vedada pela linha de comboio, uma zona como também já foi dito, com algum sossego e tranquilidade para este tipo de acto.*

*E penso que pelo que vi no projecto estarem salvaguardadas a questão das várias religiões porque há uma capela, mas há também duas salas para serem utilizadas por quem não tiver a religião católica e portanto servirá para todos. Disse."*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

*"Apenas para dizer o seguinte. O projecto está bem pensado sobretudo por isto e dou-lhe os parabéns Senhor Presidente. As capelas que aparecem ao lado (e sou católico estou à vontade) parecem-me de muito feliz ideia e muito oportunas. Devo dizer que em Aveiro que me recorde só Aradas tem uma infraestrutura mais ou menos desse género, que está dentro do cemitério, em que o Presidente na altura, Álvaro do Bem, fez uma coisa que dá para as religiões todas e, portanto, queria dar os parabéns e esta nota pessoal de satisfação porque acho que é um equipamento que parecendo que não, faz muita falta no município."*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[035](#)

*"Boa noite Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras deputados. Bem, sobre este ponto sinto-me tranquilo na medida em que de uma maneira geral reúne o consenso. Não direi total porque temos de admitir sendo este espaço um espaço de debate e de opiniões é normal que o deputado Pires da Rosa tenha uma opinião diferente. Diferente daqueles todos que intervieram anteriormente. O Senhor Presidente da Câmara fez uma explanação correcta, completa, total, daquilo que é a realidade de Aveiro e da necessidade que temos de um equipamento deste género. E portanto eu tenho de me manifestar satisfeito na medida em que é verdade, como disse o Pires da Rosa, é uma luta, é uma aspiração de longa data, e que finalmente o Senhor Presidente da Câmara colocou*

*neste mandato no seu programa eleitoral este grande objectivo que nós se deus quiser iremos ver brevemente concretizado.*

*No momento actual é importante este investimento. Na medida em que Aveiro, uma zona tão importante do país e é de alguma maneira deprimente ter de deslocar-se para a Figueira e para São João da Madeira, por não termos um equipamento deste género numa altura em que cada vez mais o espaço nos cemitérios é mais reduzido, cada vez que notamos que a opção pela cremação é maior é muito importante que este equipamento não se prolonga-se no tempo.*

*Vai ser uma realidade, o Senhor Presidente está a par da realidade da situação, compreendeu que este equipamento era necessário e vamos ter uma infraestrutura para a qual realmente temos necessidade.*

*Portanto fico contente que numa maneira geral as pessoas estejam todas de acordo para a necessidade deste equipamento. O local é um local de excelência. Aquele local necessitava há muito tempo de uma intervenção. E como se costuma dizer de um tiro matamos dois coelhos. Arrumamos aquele espaço. Vai requalificado e fisicamente não vai ter um impacto que choque e estamos realmente na entrada de um cemitério que já se preparou e já tem no seu dia-a-dia a recepção daqueles que optam pela cremação. É um projecto que precisamos. Muito bem Senhor Presidente agora vai ser uma realidade, tenho a certeza."*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

*"Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara já explicou tudo. O porquê da infraestrutura e o porquê do sítio. Todos aqui concordamos com a edificação da infraestrutura. Alguns colocaram problemas pelo sítio. Mas estranhamente não sugeriram outro. Penso que é pouco e em política é muito pouco, estar só contra e não sugerir alternativa. Não gostam do local escolhido junto do cemitério. Mas então onde é que gostavam que fosse? Ou onde é que o PS acha que devia ser feita esta infraestrutura.*

*Sobre a gestão dever ser pública ou privada gostava de perguntar se sabem quantas infraestruturas destas existem no país? E quantas têm gestão pública e quantas têm gestão privada. Porque se souberem quantas têm gestão pública de certeza não colocavam essa questão em jogo de qual seria melhor ou qual seria pior."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[038](#)

*"Muito obrigado a todos. Deixar uma questão clara. Foi o Rui Alvarenga que a levantou mais enfim o Pires da Rosa também foi a ela na sua intervenção, que é a questão ambiental. Portanto há aqui duas questões. Claramente os impactos ambientais de um e de outro processo dão uma vantagem muito marcante à cremação como está escrito e de forma muito evidente para não especialistas. Há sempre aquela dúvida sobre a emissão dos gases. Felizmente, aliás não só na cremação de seres humanos, o problema mais delicado no país é a cremação dos resíduos hospitalares e outros que de facto a tecnologia nas últimas décadas evoluiu de uma forma notável, brutal. E portanto hoje a tecnologia mais avançada que temos o dispor, que é aquela que nós temos referenciado no caderno de encargos, enfim, garante-nos um nível de qualidade das emissões que não é 100% nada, mas com parâmetros de além de cumprirem a lei, estão muito acima dos tais mínimos que a lei define, por um lado.*

*Por outro lado, obviamente que há e vai ter o nosso, ainda não têm todos em Portugal, mecanismos de monitorização para verificar permanentemente as características, da qualidade, do efluente que está a ser emitido e portanto esse processo em primeiro lugar na própria Câmara e também nas entidades do estado que são gestoras da qualidade do ar,*

*enfim, farão o devido acompanhamento e a devida fiscalização. Sabendo hoje como sabemos, que as empresas que trabalham neste sector (que são poucas) trabalham com padrões de qualidade a muito elevado nível. E portanto estamos tranquilos a esse nível.*

*E Pedro Pires da Rosa, nós sabemos que há sempre preocupações umas normais e outras anormais, empoladas nas redes sociais, o meu amigo é um especialista em redes sociais, um animador diria eu das redes, mais das redes que dos sociais, mas enfim. Mas devo dizer que ainda não recebi nenhuma nota de moradores da zona próxima, por método nenhum, mas acredito naquilo que me diz como é lógico. Mas obviamente diga às pessoas que se dirigiram a si, eu direi às que se dirigirem a mim e obviamente a todos, que estaremos a trabalhar com padrões de qualidade e de fiscalização dessa qualidade que garantem em absoluto a saúde pública como é evidente e não podia deixar de ser.*

*Aliás, por causa de alguma demagogia sobre o local, isto é verdade para este sítio, para este local, mas isto seria verdade para qualquer local. Porque às vezes, curiosamente o Partido Socialista na Câmara não usou este argumento que vocês usaram aqui, que é a história da qualidade do ar, porque obviamente estragava o outro argumento. A questão do local, ok é discutível. A questão da qualidade do ar peço desculpa, a população que viva lá onde ela viva tem direito e nós queremos que ela tenha a melhor qualidade do mundo como é lógico. Apreciei que o Partido Socialista na Câmara não tenha usado esse argumento embora o seu exercício tenha sido interrogativo, eu sei. Eu sei que foi um exercício interrogativo, mas fê-lo. Mas enfim, deixar claro a estes habitantes que ali vivem hoje como a quaisquer outros cidadãos que poderiam ter por perto esta infraestrutura, que a esse nível estamos com padrões de qualidade da mais alto nível que a tecnologia nos garante e com mecanismos de controlo e fiscalização também do mais lato nível.*

*Por outro lado a questão que o Rui Alvarenga colocou e é pertinente, porquê três anos?*

*A análise que fizemos Rui foi muito trabalhada com a experiência das empresas privadas, especialmente os dois grandes operadores que o país tem. Que são grandes empresas multinacionais e com câmaras municipais que têm experiência nesta matéria. Nós quisemos aprender com quem sabe. Nós não quisemos inventar uma infraestrutura nova e quisemos aprender com os nossos colegas. Além do mais fica uma palavra de agradecimento a todos e falámos com vários, Figueira da Foz, São João da Madeira, com o Porto, Coimbra, Cascais e Portimão. E julgo que não me está a falhar nenhum. Embora Portimão ainda tenha apenas concurso. Aquilo que estamos a fazer hoje Portimão fez em Maio ou Abril lançando um procedimento idêntico ao nosso.*

*Portanto a avaliação que fazemos, com um estudo de viabilidade económico ou financeira muito sumário, para que a empresa privada remunere o seu investimento é preciso este tempo. E vamos ver se funciona bem como é evidente. O nosso concurso tem diferenças profundas de alguns concursos. Nomeadamente daqueles que estudamos com mais profundidade. O de Portimão que é muito recente e o concurso de Coimbra que tem cerca de cinco anos. Que é a forma como o concessionário vai pagar a renda ao concedente.*

*Aquilo que são os procedimentos normais é a afectação de uma percentagem da facturação do concessionário ao concedente. Nós não gostamos muito desses modelos porque criam algumas tensões entre concessionário e concedente, mas se foram ver outros processos é um processo normal que os outros concursos usaram. Nós decidimos seguir outro caminho. Um bocadinho mais arriscado naquilo que é conquistar o interesse do mercado privado (mas estamos tranquilos) que é uma renda fixa de valor. Portanto não queremos saber dessas coisas se facturam muito ou pouco nós não queremos saber. Obviamente que aquilo que acabei de dizer não é verdade absoluta porque os mecanismos de reequilíbrio financeiro estão no procedimento como não podia deixar de ser, como é lógico. Mas entendemos que um valor fixo mensal e uma carência para o período de projecto e de obra, e um valor de base baseado naquilo que aprendemos do mercado das empresas que andam neste sector a*

trabalhar e as Câmaras Municipais que têm experiência de gestão. Agora o mercado que decida o valor que quer apresentar. É uma nuance profunda do nosso procedimento em relação a outros procedimentos. E portanto a resposta é esta Rui, no quadro que foi este trabalho e esta análise, procurando também que nos critérios de adjudicação que o tarifário seja critério de adjudicação precisamente para pressionar os concorrentes a terem um tarifário enfim que tem de ser sustentável para a operação financeira, mas para eles próprios se auto pressionarem para que possamos ter nos preços do serviço preços melhores à população. E por isso a nossa decisão de colocarmos esse como um dos quatro factores de ponderação na adjudicação.

Enfim, vários referenciaram isto. É uma decisão que tomámos das três salas uma é uma capela as outras são salas velatórias com a universalidade que a vivencia de cada um muito bem entenda. Portanto é uma opção que entendemos por bem. Foi essa a solução que adoptamos.

O Nuno a Júlia e o Pires da Rosa, embora ao Pires da Rosa irei com mais cuidado. Como socialista às vezes estes namoricos à esquerda e à direita causam perturbações de colocação ideológica. Portanto irei tratar a sua intervenção de uma forma específica. Mas dar nota ao Nuno e à Júlia Correia que podíamos fazer o investimento directamente, podíamos gerir esta unidade? Claro que sim. Quanto é que custa uma operação destas? Não temos ainda os números. Provavelmente necessitaremos de ter o projecto porque podemos fazer o edifício desta dimensão por um milhão e meio mas ele pode custar três milhões. Portanto é preciso fazer o projecto porque é daí que vamos saber qual é o custo do projecto e da obra. Há uma coisa que já sabemos, mas isso custou-nos a nós, que é o terreno que nos custou meio milhão. Já está mas é um preço nosso.

A nossa opção é esta. Nós queremos que esta infraestrutura seja uma infraestrutura pública. Este edifício que vai ser construído em cima do nosso terreno é um edifício que pertence à câmara municipal de Aveiro. Este edifício não vai pertencer a nenhuma outra entidade que não a Câmara Municipal de Aveiro. Ao activo do terreno vamos somar ao activo do edifício. E fica à gestão, lá está, de uma entidade privada que o ganhará e tem todos os custos e tem todos os lucros. Portanto tem os custos da gestão, recursos humanos, etc, para que funcione e obviamente tem a receita. E seguramente que a empresa e nós também desejamos que a receita seja superior à despesa que é para a concessão ser sustentada, se não, se entrar em derrapagem e acionar os mecanismos de reequilíbrio financeiro é a Câmara que tem que ir ajudar com apor financeiro no termos daquilo que será o contrato nos termos do caderno de encargos e da lei que o país tem.

E portanto esta é uma questão de gestão muito clara. Depois há aqui a questão ideológica e não vale a pena a estar a investir-mos o nosso tempo porque sabem o que nós pensamos.

Sempre brincamos um pouco quando falamos da roupa, das calças, da camisa, dos óculos da Júlia, que não foi nenhuma empresa pública que fez nada disso. São empresas privadas que trabalham para nós e que não há bicho mau nenhum. Há empresas privadas e há boas empresas públicas e há maus serviços públicos e há más empresas privadas. E a qualidade de tudo é feita pelos seres humanos.

E a verdade é que nós Portugal e nós Aliança com Aveiro defende-mos um modelo em que as empresas estão cá e trabalham connosco no nosso dia-a-dia. Não é sequer concebível um outro modelo. Nós temos os transportes numa empresa privada a fazer serviço público. Nós temos uma empresa privada a servir as refeições escolares a produzir e a servir a todas as nossas crianças e jovens do pré-escolar ao ensino secundário. Nós temos uma empresa privada a fazer a nossa gestão dos resíduos sólidos urbanos, nos temos empresas privadas a fazerem as nossas obras, os nossos edifícios grandes e pequenos são tudo empresas privadas e portanto é um modelo de uma sociedade que é uma democracia que usa a economia de mercado aberto onde as empresas privadas têm importância grande,

*nomeadamente por serem elas próprias prestadoras dos chamados serviços públicos, alguns deles como a refeições escolares, que são o meu preferido, que são essenciais e estão na linha da frente daquilo que é o serviço público essencial.*

*E portanto ai temos uma diferença ideológica, não morre ninguém com isso e seguimos todos em frente com felicidade. Nós com uma diferença. Temos vários exemplos para mostrar. Vocês com aquele problema de que não há nenhum país no mundo com o vosso modelo para nos mostrarem que seja uma democracia. Depois há por aí outros episódios mas que não são democracias.*

*Ao Pires da Rosa queria deixar duas notas. Uma sobre a localização. Diz o Pedro e bem que há muitos cemitérios onde podia ser colocado. Exactamente. Nós temos doze cemitérios no nosso município, dois estão excluídos, portanto sobram dez, e portanto eu julgo que é um bom exercício para o Partido Socialista, que sois especialistas em demagogia, quer dizer isto ficava bem em qualquer um dos outros dez! Porreiro. Está-se bem porque se é simpático dizer aqui é que ficava bem. Só que na Câmara as referências foram explícitas. Mamoadeiro no cemitério do Viso e em Santa Joana que nem sequer tem cemitério mas que estamos a trabalhar desde que temos a revisão do PDM para que Santa Joana venha a ter. Pronto ainda sobram oito. Mas olhem nós preferimos uma atitude diferente que é analisarmos com profundidade, com objectividade e em cima disso sem dizer mal de ninguém, dizer "podia ser noutra sítio" poder podia, mas no quadro dos parâmetros em avaliação (e não vou repetir para não vos cansar) entendemos que este era o sítio mais indicado.*

*Este é um quadro muito natural de quem prefere dizer as coisas claras e não dizer que em qualquer um dos outros estava-se bem. Era possível. Mas no quadro dos parâmetros que nós entendemos analisar entendemos que era aqui o sítio mais indicado.*

*Quanto à outra questão que o Pedro referenciou, enfim, que eu sou um grande gestor, que o Fernando também é um grande gestor, e portanto como grandes gestores de instituições com capacidade financeira por que é que se metem na concessão e não fazem vocês?*

*Portanto esta asa de extrema esquerda do Pires da Rosa, que conflitua nalgumas matérias com o seu dendo mindinho do pé direito de extrema direita na ala do Partido Socialista, provoca-lhe situações difíceis nesta matéria das concessões.*

*Eu sugeria ao uma conversa com duas pessoas que são meus colegas e que tenho na maior estima e consideração política e pessoal e que podem ajudá-lo nessa matéria ideológica. Por um lado o Presidente Manuel Machado e Presidente Socialista da Câmara Municipal de Coimbra, com um crematório que tem quatro anos de funcionamento, com uma experiência muito interessante, foi muito útil prender com ele e com a equipa técnica de Coimbra e ele explicar-lhe, ele que é um socialista mais da ala central, ele não faz o seu exercício de vir da ala da extrema esquerda para a ala da extrema direita do PS. O Manel é uma pessoa mais equilibrada ali pelo centro, e portanto sugiro-lhe uma conversa com o Manuel Machado para perceber que nós não estamos aqui a aferir a qualidade da gestão minha ou do Fernando Marques ou do Manuel Machado, não, nós usamos as empresas privadas. Nós colocando aqui um milhão ou dois milhões, vamos ver qual o número final, estamos a usar dinheiro privado, estamos a usar empresas especializadas, nós não temos funcionários especializados em crematórios, teríamos que ir contratar e duvido que o conseguíssemos e tínhamos que os gerir como é evidente no quadro da contratação pública. E estão a ver o inferno, gerir um crematório que tem de funcionar ao sábado, ao domingo, à hora cedo, à hora tardia, era bem bonito da gestão dos custos do quadro legal. Em Portugal os crematórios são geridos por entidades privadas, sejam aqueles que são privados na raiz, sejam aqueles que são das Câmara Municipais mas que tem entregue a gestão a entidades privadas. E felizmente o país tem ao seu dispor excelentes empresas nesta matéria.*

*A outra pessoa que lhe recomendo é a minha colega Isilda, Presidente da Câmara de Portimão, Socialista e Socialista daquelas de dureza. A Isilda além de ser uma mulher de grande determinação, grande gestora do Partido Socialista, membro do Secretariado Nacional e que antes de nós foi a última Câmara do país a tomar esta decisão. Portanto julgo que uma conversa com a Presidente Isilda, se quiser que eu a propicie estarei obviamente ao seu dispor, ajudá-lo-á como é que uma socialista dos sete costados como costumamos dizer, julgo que um bocadinho mais que o Pedro Pires da Rosa (atreuimento meu) para lhe explicar por quem está tranquilamente a gerir uma Câmara com qualidade como Portimão. É interessante a conversa com a Isilda porque é uma Câmara parecida com a nossa. A Câmara era a pior do país em situação financeira. Está com uma recuperação parecida com a nossa, recuperámos as nossas Câmaras, somos Presidentes de Câmara ao mesmo tempo, com o mesmo tempo, e ela ajudá-lo-á a perceber como é que uma Câmara como Portimão resolveu um problema de dívida gravíssimo, em valor absoluto mais grave que o nosso e hoje tem uma condição financeira análoga à nossa em qualidade. E quando foi para decidir por qual caminho se vai para construir e gerir um crematório foi pelo mesmo caminho que nós, ou o contrário nós é que estamos a ir pelo mesmo caminho que a Presidente Isilda e a sua maioria que a suporta na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal entendeu tomar.*

*Ao Presidente Fernando Marques além de agradecer todo o trabalho de equipa, neste e em tantos processos, quero agradecer uma referência que é útil aqui. Que é ser neste sitio tem uma outra vantagem adicional. Resolve um passivo urbano, velho, e deixem-me dizer uma palavra pesada, vergonhoso, para o sitio onde estamos.*

*Temos lá um passivo urbano, temos lá uma ruina. Já lá tivemos e pontualmente temos problemas sociais dramáticos, com pessoas de diferentes idades, com alunos de escolas próximas, e é uma preocupação permanente e por isso em certa altura o edificio foi emparedado. Mas se olharem com atenção veem que de vez em quando o emparedamento é violado. Mas felizmente com uma excelente cooperação com os proprietários, que é gente que tem sido impecável, também a cuidar de gerir o seu bem, as coisas tem corrido bem, mas há sempre aquele jogo passo a expressão do gato e do rato.*

*Portanto vamos também com esta decisão nesta localização resolver um passivo urbano usando dinheiro privado, embora em cima de dinheiro público porque quem vai pagar os 552 mil euros ao proprietário do terreno é a Câmara. Portanto há aqui uma parte de dinheiro público directo que é aquele que é necessário para comprar o terreno. Portanto esta nota que o Presidente Fernando Marques trouxe é neste caso uma nota importante.*

*Dar conta já agora, para acabar, que lançamos também, por meu despacho, o concurso da requalificação daquela espécie de parque de estacionamento que está à frente da porta principal do cemitério sul e à frente daquilo que virá a ser este edificio, integrando também o arruamento que lhe é frontal. E lançámo-lo agora porque quisemos modelar o projecto que está feito por um arquitecto da nossa Câmara Municipal. Quisemos modelar as opções de chão e de arborização com a tipologia de edificio que fixámos neste concurso e por isso foi agora que lançámos repito o concurso para a obra que tem um custo de orçamento base de 150 mil euros. Obra que foi lançada recentemente.*

*Portanto é neste quadro que vamos continuar a trabalhar tratado que está a reformulação e o ajuste da circulação rodoviária que como sabem ela violentava aquele parque de estacionamento. A curva era dada na frente da porta do cemitério sul e com a alteração que fizemos no âmbito da obra da ciclovía que liga a nossa Universidade à estação da CP resolvemos esse problema.*

*Portanto tirar a circulação rodoviária de passagem daquela ambiência e pronto, agora com a obra do estacionamento perceber-se-á que ali é um estacionamento e que deixou de ser um local de passagem e passará a ser um sitio com qualidade e com uma vivência adequada*

*aquilo que já teve que é o Cemitério Sul gerido com elevada qualidade pela Junta de Freguesia União de Glória e Vera Cruz e uma unidade de crematório e salas de velação, que seguramente partimos para o concurso. Mal seria que partíssemos sem confiança. Partimos com confiança de ser bem gerido pela entidade que vier a ganhar o concurso. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>039</sup>

*"Ora bem, eu não queria estar a fazer grande discussão disto porque lembro-me sempre da telenovela do "Bem Amado" e da grande figura do presidente Odorico Paraguaçu, não sei se recordam, tinha feito o cemitério etc. e depois o enredo anda todo à volta disto, mas não queria estar a insistir nisto.*

*Ó Senhor Presidente da Câmara isto não deve ser uma coisa que deve ser de esquerda ou de direita, quer dizer. Eu não sou socialista por ser contra ou a favor da localização aqui ou ali por causa disso. Ninguém está aqui com este registo. Eu o que lhe fiz foram duas perguntas. E quando lhe fiz a pergunta, eu não tenho nada contra a concessão privada. O Senhor percebeu mal. Gastou mais de 5 minutos da intervenção sobre isso a tecer considerações do meu posicionamento político dentro do meu partido, agradeço-lhe, mas devo dizer-lhe o seguinte. Às vezes parece que sou mais à esquerda ou à direita porque o meu Partido é Aveiro e só a seguir é que sou do Partido Socialista. Isso às vezes causa alguma confusão e nem é tanto com os meus opositores políticos é mais até dentro do meu próprio partido o que é uma massada, mas enfim vou andando e seguindo.*

*Depois deu-me dois exemplos. Eu da minha camarada Isilda sei de todos os encómios. Do camarada Manuel Machado eu tenho uma história antiga, sabe. Eu quando fui eleito para a Assembleia Municipal tinha vinte e um anos. E cheguei a sugerir em Assembleia ao Senhor Presidente da Câmara na altura, Presidente Alberto Souto, que atribuíssemos a medalha de mérito municipal ao Presidente Manuel Machado pelos serviços relevantes prestados a Aveiro enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Só para ter uma ideia. E portanto não tenho essa imagem que eventualmente o Senhor Presidente tem. Ele agora está muito melhor neste segundo mandato.*

*Mas deixe-me dizer o seguinte. Em relação à concessão nada a obstar é evidente que lhe lancei a provocação mas queria perceber qual era a lógica.*

*Percebi que o Senhor Presidente anda ali um bocadinho sobre a receita mas o que é certo é que definiu os 30 anos. Tudo bem, não sou especialista em negócios não percebo isso. Aceito perfeitamente porque percebo o funcionamento das empresas que a dificuldade de funcionamento vinte e quatro, sete, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, para uma função pública é sempre mais difícil. Admito isso. Mas a questão nem era aquele preconceito dos meus colegas de partido à esquerda, daquela aversão que têm o PCP e o Bloco em relação aos privados, não é isso. Eu acho é que a morte não é um negócio e portanto a mim custa-me um bocadinho isso e achava que a Câmara Municipal de alguma maneira ou uma entidade pública em bom rigor poderia assumir isso se isso tivesse alguma viabilidade. Embora com um contrato de concessão bem feito e este não me parece, pelo que foi dito e pela forma como o Senhor Presidente da Câmara informou também destituído de todo.*

*Em relação ao lugar e em relação ao que o deputado Manuel Prior disse, devo dizer o seguinte. O PS não faz luta política disto. Aliás não somos contra. Isso era loucura. Isto é um equipamento que faz falta e faz todo sentido como é evidente. E o PS sempre disse isso. Mais. A sugestão que o PS deu foi clara! Não aqui porque eu não a tenho que fazer, mas os Vereadores do PS disseram-na na reunião de Câmara. O Senhor Presidente fez o favor de*

*desfazer esse esclarecimento quando nos fez a resposta. Nomeadamente indicámos dois sítios. Nossa Senhora de Fátima e o novo cemitério de Santa Joana que vai ser criado de raiz e que o PDM prevê. Diga-me lá se não faria mais sentido criar uma solução de raiz, como é evidente. E era só esta a questão.*

*A pergunta que fiz ao Senhor Presidente da Câmara e que fez o favor de esclarecer e o esclarecimento nem era para mim de alguma maneira. Eu não insinuei nada em relação à qualidade do ar, etc. Eu sabia a resposta que o Senhor Presidente me ia dar, mas queria que o Senhor Presidente a desse e até lhe expliquei isso, porque isto é uma Assembleia Pública e acredito que isso vá ter eco, com esse eco vai haver notícia, e com essa notícia haver sossego nos municípios e eventualmente até leitores seus. Bem sei que o Senhor Presidente também não está preocupado eventualmente com isso. Mas acredito que esteja preocupado que as pessoas que lá vivem tenham a consciência do equipamento que lá vão ter, é evidente. Estou aqui a recordar-me da minha colega de bancada Sara Tavares que por acaso vendeu o apartamento dela há uns tempos porque morava ali ao lado. Até tiveste sorte Sara eventualmente porque acredito que tivesses uma desvalorização patrimonial. É evidente era o que faltava o Senhor Presidente estar a planear agora preocupado com isso, não é insinuação nenhuma.*

*Agora é evidente que é um equipamento que ninguém gosta de ter ao lado. Pensem lá Vexas todas, individualmente, se gostaria que isto fosse construído ao lado. Vai ter de ser construído ao lado de alguém? Vai. Não quero fazer demagogia em relação a isso. Tem de ser decidido um sítio, tem. E o PS não se furta a esse debate e fez uma sugestão em concreto e, portanto, não nos venham com essa brincadeira de dizer que andamos a fazer demagogia política com uma infraestrutura deste tipo. E sobretudo com uma matéria delicada que importa a todos e que deve merecer o maior respeito por toda a gente. E portanto o PS não leva desaforo para casa em relação a isso e não vamos fazer política partidária em relação a essa matéria. Que fique bem claro."*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>040</sup>

*"Senhor Presidente apenas para acrescentar um bocadinho áquilo que ainda não foi dito. O meu colega deputado e amigo Manuel Prior, questionou aqui o senhor deputado Pires da Rosa se sabia quantos crematórios havia em Portugal. Penso que não sabia e por isso não respondeu. Posso informar todos os deputados que nós temos em Portugal 26 crematórios. 13 são públicos e 13 são privados. Eu não vejo qualquer razão para que isto não possa ser explorado por privados. Até porque na sua maior parte os crematórios explorados por privados são os agentes funerários que o fazem. Por isso conhecem a dignidade do momento e a dignidade da ação e do trabalho que estão realmente a fazer.*

*Eu ficaria de mãos amarradas se realmente tivesse de dirigir um crematório. Naturalmente tudo se aprende na vida, se faz formação, mas realmente não sabemos. Eu acho que cada coisa no seu devido lugar. Temos 50% explorados por privados e temos 50% que são municipais.*

*A Câmara de Aveiro optou pelos privados. Fez a melhor opção a meu ver. Entrega realmente a quem sabem melhor lidar com esta situação delicada. É um momento da vida, um momento da morte, é um momento que merece muito respeito. E só realmente aqueles que conhecem profundamente o que este momento é devem na verdade gerir estas coisas. Portanto concordo plenamente com a decisão do Senhor Presidente da Câmara. Obrigado."*

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>042</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>043</sup> o Ponto 1 – Apreciação e votação do Concurso público internacional para a “Conceção, Construção e Concessão do Complexo com Crematório e Casas Mortuárias de Aveiro”, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS+PS2+PAN1), onze abstenções (PS8+BE2+PCP1) e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Júlia Correia (BE)

*"A declaração de voto é a intervenção."*

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>044</sup>

*"A votação de abstenção deve-se ao facto de discordar com a localização do projecto, concordando com a sua bondade e utilidade. E porque não foi tida em linha de conta o estudo de alternativas de localização apresentadas pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Estudo esse que obviamente seria da competência da Câmara Municipal. Disse."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>045</sup>

*"A declaração de voto é a intervenção."*

**Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão<sup>046</sup> não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 25SET2020 (sexta-feira), no mesmo local.**

**Eram 23:30 horas do dia 18 de Setembro de 2020.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:00)